

“Socialmente iguais, humanamente diferentes”:
cultura e identidade na construção de resistências

“Socialmente iguales, humanamente diferentes”:
cultura e identidad en la construcción de resistencias

“Socially the same, humanly diferente”:
culture and identity in resistance building

Viviane de Souza Barbosa Maia¹
Rafaela de Souza Ribeiro²

Resumo

Cultura é parte constituinte da identidade de todo e qualquer indivíduo. Ao pensa-la criticamente por intermédio do referencial teórico gramsciano, a cultura está intrinsecamente relacionada ao modo de ser, operar e pensar de uma classe. O caráter ideológico presente na luta de classes reflete na cultura, de modo que, por um lado torna-se possível constitui-la como instrumento hegemônico e por outro lado, é parte central para resistir e criar uma contra hegemonia. O artigo objetiva refletir sobre a historicidade da categoria cultura e analisar teoricamente a construção, a afirmação e a resistência da cultura e da identidade no seio das relações sociais.

Palavras-chaves: Cultura, Identidade, Resistência.

Resumen

La cultura es una parte constitutiva de toda identidad y cada uno. A pensar de manera crítica a través del marco teórico de Gramsci, la cultura está intrínsecamente ligada a la forma de ser, operar y pensar en una clase. Este carácter ideológico en la lucha de clases refleja la cultura, de manera que, por un lado, es posible constituirlo como un instrumento hegemónico y, por otro lado, es fundamental para resistir y crear una contra hegemonía. En este artículo se reflexiona sobre la historicidad de la categoría de la cultura y teóricamente analizar la construcción, la demanda y la cultura de la resistencia y la identidad dentro de las relaciones sociales.

Palabras claves: cultura, identidad, resistencia.

Abstract

Culture is a constituent part of the identity of every individual. When one thinks critically through the Gramscian theoretical framework, culture is intrinsically related to the way of being, to operate and to think of a class. The ideological character present in the class conflict reflects on culture in a way that it is used as an hegemonic tool by the status quo, nevertheless it represents a subversive weapon that must be used in the construction of an counter-hegemony. The article aims to reflect on the historicity of the culture category and to analyze theoretically the construction, affirmation and resistance of culture and identity within social relations.

¹ Graduanda em Serviço Social; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO; Rio de Janeiro, RJ, Brasil; vivianesbm@hotmail.com.

² Mestre em Serviço Social; Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Rio de Janeiro, RJ, Brasil; ribeiro.rafaela@gmail.com.

Keywords: Culture, identity, resistance.

1. Introdução

O presente artigo objetiva refletir a cerca da cultura apreendida como meio potencializador da consciência crítica. A partir do referencial teórico gramsciano, buscamos analisar a cultura como modo de ser, agir e resistir frente a apropriação e o domínio desenvolvidos pelo capitalismo. O desafio está em abordar as relações de hegemonia propiciadas pelo modo de produção capitalista no seio da sociedade civil, onde, tal relação hegemônica se torna possível diante da relação antagônica entre classes.

Nesse sistema, evidencia-se o domínio de uma classe sobre outra para apreender capital. Ao apropriar-se do modo de ser, de agir e de pensar, é estabelecida uma relação de representação dominante, ou seja, as ideias da classe dominante são ideias que dominam na sociedade civil. Toda dinâmica da vida moderna é recheada por tais processos que inibem a identidade dos sujeitos e as particularidades sócio-históricas, perpassando a construção de valores, identidades e relações.

Afinal, o que podemos afirmar sobre a cultura? Vislumbramos apreender o movimento que ela proporciona de resistir ao modo de produção capitalista. Por intermédio de autores como Antônio Gramsci (1999) Reynolds Williams (1983) Stuart Hall (2015) e Terry Eagleton (2003) compreendemos que o homem ao existir, existe diante da relação com outros indivíduos, produzindo existência material e imaterial. De modo que, a cultura expressa e é expressão de tal relação em determinado tempo e espaço com condições determinadas pelo modo de produção e de existência humana. Assim, a cultura faz e é feita por todo indivíduo, todo ser social.

Na perspectiva de problematizar a historicidade da categoria cultura e analisar teoricamente a construção e a resistência da cultura e da identidade no seio das relações sociais, o artigo está dividido em dois momentos. No primeiro momento intitulado por “Cultura como categoria histórica: movimento e identidade” traçamos reflexões sobre o conceito de cultura, como defini-la e apreende-la, bem como, sua relação com a identidade. No segundo, “Cultura, identidade e relações sociais: um diálogo necessário” objetivamos uma discussão sobre o modo de produção capitalista e os processos de enfrentamento e resistência travados para garantir direitos, democracia e identidade.

2. Cultura como categoria histórica: movimento e identidade

Cultura consiste em uma complexa palavra da língua portuguesa. Alguns dicionários definem cultura como ato, arte, modo de cultivar, dentre outras possibilidades. Dicionários marxistas³ apresentam a temática a partir de polos distintos, por um lado o caráter estético vinculado à arte e a literatura e por outro, o modo de vida de uma sociedade, seus significados e valores.

Em algum ponto entre esses dois extremos encontra-se o conjunto de sentidos desenvolvidos de forma mais completa pelo pensamento idealista alemão, em que a cultura é encarada como o domínio do espírito objetivo e sua materialização nas instituições humanas (BOTTOMORE, 1998, p.156).

Conservando seu significado original e primário de cultivo e desenvolvimento, ampliando-se para o desenvolvimento humano e por vezes se identificando e significando com a dimensão de civilização, a complexidade da palavra é dada por seu caráter histórico e pelo seu uso em distintas correntes intelectuais, referindo-se a conceitos e práticas por vezes incompatíveis.

Visível como área ambígua, a noção de “habitar” propiciada pelo latim alcançou a concepção de colônia gerando um sentido de exaltar com reverência, tal definição em latim se aproximou de *cult*, palavra que quer dizer culto. Dessa forma, o sentido primordial volta-se a lavoura e a colônia por meio do cuidado com crescimento natural. Destacamos que a principal definição da palavra cultura, por volta do século XV, vem de cultivo, de cuidado, de proteção à colônia.

Na passagem para o século XVI o processo de desenvolvimento humano aparece pela primeira vez ganhando espaço entre intelectuais. As reformas protestantes consistem em motores para um cenário de transformação, voltando-se as luzes do pensamento. A cultura entendida como o cuidado no crescimento natural da lavoura ampliou-se agregando o desenvolvimento humano. A noção de cultura ampliada voltada para lavoura e desenvolvimento humano vinculou-se a crise do sistema feudal e ao movimento renascentista em um cenário de disputa pelo poder. Tal movimento, ligado a burguesia buscou o “refinamento” das artes, ciência e afins, proporcionando a concepção de cultura ampliada a mais significativa até o início do século XIX.

³ Conforme Dicionário do Pensamento Marxista editado por Tom Bottomore. Disponível em:
http://sociologia.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf

Pensar o século das luzes (XVIII) é tornar clara a exaltação da razão e da ciência por seres considerados pensantes, ou seja, o próprio movimento é recheado pela classe dominante detentora das condições do saber. O movimento é classista, com origem particularista de uma classe se sobrepondo a outra com o domínio das ideias. Tal cenário reflete na categoria cultura, no mesmo século a palavra se aproxima da concepção de “bom nascimento ou bom sujeito”, de ser nobre para ter consciência e assim fazer cultura.

Até o século XVIII, tanto no Inglês ou no Alemão, quanto no Francês, à forma gramatical que empregava a palavra cultura sempre esteve acompanhada de um indicativo sobre o que se cultivava. É a partir de meados do século XIX que a cultura é encarada como substantivo independente, como “processo abstrato ou produto de tal processo” (Williams, 1983, p.118). Assim, cultura passou a envolver conhecimento e civilização, voltando-se a uma sociologia ainda convergente, envolta de distintos pensadores, interesses e métodos.

Começando como nome de um processo – cultura (cultivo) de vegetais ou (criação e reprodução) de animais e, por extensão, cultura (cultivo ativo) da mente humana – ele se tornou, em fins do século XVIII, particularmente no alemão e no inglês, um nome para configuração ou generalização do espírito que informava o “modo de vida global” de determinado povo (Williams, 2011, p.10).

Como medida diferenciadora para o uso da palavra, cultura passou a ser utilizada no plural. Eagleton (2003, p.25) destaca tal ato como um gesto prefigurativo do pós-modernismo, situando que “embora a palavra ‘civilização’ e ‘cultura’ continuem sendo usadas de modo intercambiável, em especial por antropólogos, cultura é agora também quase o oposto de civilidade” (Eagleton, 2003, p.25).

Intencionalmente afastou-se a cultura de qualquer sentido singular, distinguindo humano de material e abrindo margem para culturas variáveis e específicas de distintas regiões, incluindo distintos grupos sociais, políticos e econômicos de uma mesma região. A compreensão de civilização aqui descrita foi de suma importância para a evolução da antropologia, desenvolvendo-se no “movimento romântico como alternativa ao ortodoxo e dominante” (Williams, 1983, p.120). Assim, a concepção de cultura passou a compreender uma lógica de referência global e outra parcial envolta de particularidades e especificidades.

Mas afinal diante de um complexo desenvolvimento e uso de uma palavra tão comum em dias atuais, o que podemos chamar de cultura? Ao reconhecermos cultura enquanto substantivo independente e abstrato, a categoria pode descrever um processo de desenvolvimento intelectual, pode ser usado de modo geral ou específico ao indicar modo ser

e agir de determinado grupo ou comunidade, como também se relaciona as práticas e obras de atividades intelectuais.

O terceiro modo de empregar a palavra, vinculado às práticas e obras de atividades intelectuais, volta-se para a definição de cultura mais difundida na sociedade atual. “Cultura é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema. Um Ministério da Cultura refere-se a essas atividades específicas, algumas vezes com o acréscimo da filosofia, do saber acadêmico, da história” (Williams, 1983, p.121). Dessa forma, as obras e práticas que sustentam e representam o processo geral de desenvolvimento intelectual são consideradas atividades culturais.

A cultura ao ser compreendida por estado mental ao considerarmos um indivíduo culto, perpassa pela concepção de fatores que incidem sobre esse desenvolvimento intelectual – como atividades/interesses culturais – e até mesmo os frutos desse processo a partir do trabalho intelectual humano. A relação entre desenvolvimento humano geral e modo específico de vida, bem como, com as obras e práticas do trabalho humano, consiste em complexos significados. Williams (2011) destaca duas formas principais para entender o debate em questão:

(a) ênfase no espírito formador de um modo de vida global, manifesto por todo o âmbito das atividades sociais, porém mais evidente em atividades “especificamente culturais” – uma certa linguagem, estilos de arte, tipos de trabalho intelectual; e (b) ênfase em uma ordem social global no seio da qual uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais (Williams, 2011 p. 11-12).

O caráter de convergência de interesses existentes na palavra cultura representa as posições distintas clarificadas por Williams (2011, p.12). Tais posições podem ser classificadas como idealista (a) que compreende as artes em esfera separada da vida social e materialista (b) que exprime, por intermédio do marxismo, a dialética da relação existente entre arte e sociedade. Destacamos que é por intermédio do materialismo que buscamos conhecer a ordem social para compreender as especificidades de suas manifestações culturais, sociais, políticas e econômicas, tornando possível apreender a partir do particular o universal.

Raymonds Williams (1979) denominou de materialismo cultural uma esfera teórica específica dentro do materialismo histórico, voltada à produção cultural e literária. O materialismo cultural significou a ausência de separação entre homem estético e econômico, tendo a clareza de distintos extremos para “trabalho” e “arte”. As questões culturais não se

constituem como questões desassociadas de questões políticas e econômicas, por hora, caracterizam uma relação dialética de estrutura e superestrutura⁴.

Na sociedade contemporânea a política caracteriza a instância de decisão e a economia espaço de manutenção. Para o materialismo histórico, é no seio da sociedade contemporânea que as formas de aprendizado e comunicação são centrais, bem como política e economia, constituindo a sociedade e a tornando constituinte de cultura. Compreender tal processo é entender a consciência como esfera social, onde, ser e consciência instituem uma totalidade histórica.

A partir do materialismo cultural de Williams, a cultura é apreendida em dupla perspectiva: primeiro como modo de vida e seus aspectos ‘comuns’ e segundo como esfera criativa, voltada as artes e aprendizado. Williams ressaltou que “alguns críticos reservam esta palavra para um ou outro desses sentidos: eu insisto nos dois e na relevância de sua conjunção” (Williams, 1979 apud Cevasco, 2016, p.118). Nas palavras de Williams:

(i) os sentidos antropológico e sociológico de cultura como ‘modo de vida global’ distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um ‘sistema de significações’ bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social, e (ii) o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como “atividades artísticas e intelectuais”, embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as ‘práticas significativas’ - desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade - que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso (Williams, 2008, p.13.).

Desse modo, a cultura é potencialmente transformadora, uma constante que é comum a todo e qualquer indivíduo. Possibilitando romper com o caráter elitista de domínio e pertencimento, fazer cultura não cabe apenas à parcela ‘iluminada’ e ‘detentora’ do saber, cultura é expressão do modo de vida, espaço que todos participam e resignificam a seu modo. Marx (1970) ressaltou que as ideias dominantes são ideias da classe dominante, ou seja, o senso de igualdade de Williams ao pensar a cultura, perpassa a estrutura presente na sociedade, que por intermédio de práticas e valores incorporam e são incorporados como ideias dominantes.

Quando a chamada industrialização universal generalizada possibilitou a reformulação do modo de produção capitalista, os processos de dominação a partir da divisão do trabalho

⁴ Gramsci (1999) compreende a categoria de bloco histórico, onde, superestrutura e estrutura mantêm uma relação recíproca de dialética.

penetraram todos os espaços de reprodução social para além da produção de mercadorias no interior das fábricas. Dentre tais espaços, tal expansão ocupou-se da produção cultural, apropriando-se da cultura para o alcance da mercantilização industrial.

Dessa forma, a produção cultural está imbuída aos efeitos da dominação e do controle social por hora facilitando a manutenção capitalista e por outra, constituindo-se como modo de luta. A cultura caracteriza uma instância de significados e veiculação de valores. Ao pensarmos a cultura a partir do referencial gramsciano e marxista implicamos em uma tentativa de romper com o caráter de a cultura vincular-se apenas ao espírito formador de um modo de vida global no âmbito da superestrutura, pois, a cultura dominante não esgota toda prática humana.

Nesse sentido, Gramsci (1999, p.258) ressalta a cultura como produto de uma interação social, onde, a cada classe compete elaborar de modo específico a consciência e a cultura. Para ele, a cultura implica em um modo de viver, operar e pensar, organizar e conquistar consciência. Como destacamos anteriormente a cultura trouxe a noção inicial de um processo completamente material que ao desenvolver-se com o movimento das relações transferiu-se para as questões do espírito. Como ressalta Eagleton (2003, p.10) em sua semântica (cultura) carrega a própria mudança sócio-histórica da humanidade e a relação entre base e superestrutura.

Neste único termo, entram indistintamente em foco questões de liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado. Se cultura significa cultivo, um cuidar, que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz (Eagleton, 2003, p.11).

A cultura carrega uma ideia tensionada entre fazer algo e algo ser feito, a materialização é o desafio, envolvendo possibilidade de escolhas, crescimento, cultivo e necessidade. Há uma dualidade e no horizonte, há a superação, o que proporciona em tal relação de alteração em algo a existência de regras e com elas, a interação entre regulado e regulador. Cultura envolve a noção de liberdade, de vontade, de desejo, uma força potencializadora da natureza humana, influenciando, construindo ou afirmando identidade por meio da diversidade.

A cultura condiz à consciência como existência consciente, está intrinsecamente relacionada a um estado e, ao mesmo tempo, é condição para transforma-lo. Diante do exposto, adentraremos ao próximo item “Cultura, identidade e relações sociais: um diálogo necessário” compreendendo a partir do modo de produção capitalista os processos de

enfrentamento e resistência firmados para garantir direitos, democracia e identidade. Nem toda iniciativa de resistência tende a ser contra hegemônica, por isso, refletimos sobre o movimento que a cultura proporciona de resistir à hegemonia capitalista por intermédio da criação de uma ideologia contra hegemônica.

3. Cultura, identidade e relações sociais: um diálogo necessário

O ser social desde muito cedo participa de normas e condutas necessárias para sua socialização no âmbito das relações sociais. A organização dos indivíduos pressupõe uma entidade coletiva, onde, por meio de conflitos e relações estabelecidas no movimento da sociedade ocorrem as transformações sociais. Desse modo, política e economia não são esferas desassociadas, pois, se relacionem diante da produção e reprodução material e imaterial da vida humana.

Todo processo histórico, as relações econômicas, relações de poder e a vivência individual e coletiva, compreendidas a partir do modo de ser e agir possibilitam a formação de uma classe. No seio das relações sociais, no modo de produção capitalista, o protagonismo de uma classe dominante ao direcionar transformações políticas, econômicas e sociais, evidencia a luta de classes.

Compreendermos a categoria hegemonia é tornar claro um processo produzido na sociedade civil, onde, parte de uma classe (classe que detém domínio) exerce controle por meio da legitimação de sua liderança sobre outras frações da mesma classe e sobre a classe dominada. Nas palavras de Carnoy (2005, p. 95), a hegemonia compreende o sucesso da classe dominante em liderar politicamente, moralmente e intelectualmente, moldando os interesses e necessidades da sociedade civil e principalmente da classe dominada. Gramsci (2011, p. 290), destaca tal interação como consensual e coercitiva, descrevendo uma relação de “domínio” e “direção intelectual e moral” aderida espontaneamente e direcionada ao projeto sócio-político da classe dirigente.

Quando a sociabilidade burguesa é afirmada no projeto societário, a classe dominante caracteriza a unidade de controle mantida no poder político, nas relações e nos meios de produção. Constituindo-se como detentora da riqueza socialmente produzida, perpassando todas as esferas da sociedade civil, a classe dominante naturaliza as ofensivas do capital por meio da sua valorização e busca por competitividade.

A classe não detentora dos meios de produção, que na venda da própria força de trabalho produz riqueza que não é socialmente dividida no modo de produção capitalista, “por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’ [...]” (Gramsci, 2002, p.139). Daí a importância de tal classe organizar-se criticamente, construindo consciência na reflexão da própria ação, no enfrentamento da dinâmica da estrutura capitalista; criando coletivamente a consciência de se desenvolver e a vontade política de ser.

Se por um lado o Estado assume seu caráter repressivo para controlar a classe trabalhadora, por outro esse aparato não é suficiente, sendo necessário ter o controle das ideias das massas a partir da ideologia propagada. A hegemonia pressupõe articulações para alianças que gerem consenso e aceitação das massas, mesmo que inconscientemente, possibilitando o consentimento geral por intermédio de aparelhos e ferramentas ideológicas e culturais. A repressão por meio da força (coerção) ou a construção de consenso por meio da manipulação são aparatos ideológicos capazes de legitimar e garantir máxima aceitação da ideologia capitalista na organização social e econômica da sociedade civil.

A classe dominante dirige moralmente, intelectualmente, politicamente e economicamente a sociedade capitalista. Desse modo, o Estado consiste em uma esfera universal que responde de modo particularista os conflitos da sociedade civil. A classe trabalhadora diante da massificação naturalizada imposta pela lógica do capital compreende tais aparelhos privados de hegemonia e os aderem ‘voluntariamente’. Os aparelhos são organismos políticos utilizados para controle e educação na presente sociabilidade, por intermédio da doutrina propagada como algo natural e conveniente são impostos ao processo de reprodução social.

Ao destacarmos a escola, a família, a igreja, partidos políticos, organizações sindicais e movimentos sociais como constituintes da organização material da cultura, podemos afirmar então que a cultura caracteriza também um mecanismo da hegemonia burguesa, um instrumento legítimo para moldar a ideologia dominante no que tange a refletir no modo de ser e de agir dos sujeitos e as necessidades de toda uma sociedade.

Tais aparelhos expressam a condição da cultura como uma instância potencializadora, capazes de produzir ou reproduzir ideologias. É por meio de ferramentas culturais e ideológicas que se propaga a reprodução da consciência hegemônica, por sua vez caracteriza um processo ativo, organizado e interligado com as esferas de produção. Assim, o Estado e a classe dominante são capazes de inibir a potencialidade revolucionária e afastar a cultura do caráter de aparelho formador de consciência crítica.

Não são utilizados apenas aparelhos repressivos para conter as massas populares, as ideias, valores e práticas assumem um caráter de hegemonia cultural exercida pela classe dominante em uma postura de controle social relacionada a instrumentos pedagógicos necessários para reafirmar as ideias da classe burguesa como ideias predominantes no modo de produção capitalista.

Estaria então a cultura posta a servir apenas de instrumento para a legitimação burguesa? Terry Eagleton (2003, p. 16-17) descreve que, a cultura evidencia uma espécie de pedagogia ética capaz de tornar sujeitos aptos para cidadania política e participação na sociedade. A cultura constitui uma esfera integrante do ser social no âmbito da totalidade e da coletividade. Recobrando o particular para o universal, exige condições sociais e reflete o modo de vida característico e uma diversidade de formas. Ao evidenciar um modo de vida e relacionar-se com a luta de classes, torna clara a totalidade das relações sociais e o modo de luta vivenciado pela classe trabalhadora, desbravando o campo sócio-político das relações sociais.

Hall (2005, p.11) ao analisar a identidade a partir da perspectiva sociológica, destaca que a identidade de um sujeito está em formação frente ao contato com outros sujeitos, perpassando valores, sentidos, símbolos e cultura de determinado modo de vida. Assim, a identidade se forma na interação com a sociedade, na relação do eu interior com o exterior recheado de trocas e convívio. Tal caráter interativo não é imutável, pelo contrário a sociedade moderna está inerentemente relacionada ao movimento e é no movimentar-se que o indivíduo forma suas particularidades.

Como Marx diz sobre a modernidade é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos. ... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar (Marx & Engels, 1973, p.70 apud Hall, 2005, p.12).

A identidade relaciona-se com a sociedade e sob condições predeterminadas socialmente os homens fazem a própria história, como postulou Marx (1970). Tais condições econômicas, sociais, políticas e culturais incidem sob o modo de ser, operar e pensar de determinada classe, possibilitando a classe trabalhadora formular e resistir aos processos que inibem as particularidades da mesma.

A tomada da consciência crítica da concepção do real caracteriza um movimento contra hegemônico que se constrói embasado na reflexão e na ação coletiva de consciência

política frente às relações de poder que insere a classe trabalhadora. Ao retomarmos a concepção mais propagada de cultura no mundo moderno voltada para a arte, música, literatura e afins, podemos aproxima-la da concepção gramsciana de ser, pensar e operar. A produção artística diante de condições determinadas retrata a resistência de uma identidade massacrada pelo modo de produção capitalista. Assim, a consciência crítica da classe trabalhadora potencializada pela cultura produz práticas culturais que resistem no/ao cotidiano.

Compreender o cenário político, econômico, social e cultural consiste em um desafio diário para a construção de uma autoconsciência crítica no reconhecimento e formação de uma classe para si. Sendo necessária a superação do singular em um movimento dialético, ou seja, a partir do particular torna-se possível alcançar o universal incidindo na construção de uma contra hegemonia.

A consciência de que os próprios interesses transcendem a si mesmo e se estendem a toda classe subalterna, compartilhadora de uma mesma reprodução cultural dominante, possibilita a união da classe trabalhadora para traçar uma contra ideologia necessária na libertação de uma posição dominada. Esse movimento é possível pela resistência frente aos processos que massificam a identidade dos sujeitos.

A resistência é compreendida como ato e efeito de resistir, força que se opõe ao domínio e vislumbra alternativas frente ao controle ideológico imposto a classe trabalhadora. Norteadas pela cultura, resistências relaciona-se eminentemente com a transformação na medida em que apreende não só a concepção atual de mundo e sim, novos projetos societários, compreendendo direitos, democracia e identidade a partir das particularidades do indivíduo social e histórico.

3. Conclusões

O Estado e a classe dominante são capazes de inibir a potencialidade revolucionária e afastar a cultura do caráter de aparelho formador de consciência crítica. A cultura para além de se expressar em modo de vida coletivo ultrapassa as dimensões básicas e contribui na formação do ser sócio-histórico e suas particularidades, trazendo aspectos de organização e conquista de consciência, se constituindo, paralelamente, como modo de luta frente ao modo de produção capitalista, onde, a vida se processa frente à exploração e a dominação de uma classe sobre a outra.

A cada classe social compete elaborar, pensar, viver e operar a organização e a consciência expressa em valores, atos e visões de mundo. Se a cultura está relacionada à transformação ou manutenção da sociedade, a cada indivíduo – em esfera coletiva – cabe compreender suas particularidades, direitos e deveres superando a simples noção de conhecimento e possibilitando posicionamentos históricos em um caminho de busca por materialização de direitos.

No seio da reprodução material e imaterial, a luta possibilita o alcance da democracia. A construção de estratégias de enfrentamento implica na contra corrente da hegemonia posta. A cultura resiste em uma esfera coletiva e não individual, possibilitando enxergar a superação, criando, elaborando e executando estratégias para legitimação dos direitos que são expropriados e precarizados sob a lógica de mercado do modo de produção capitalista.

Assim, se faz necessário desenhar um caminho que ultrapasse a hegemonia ideológica da classe dominante. A construção da contra hegemonia como norte, constitui-se no cotidiano das relações sociais no contato com outros indivíduos, tal relação evidencia a resistência. Apenas por intermédio da potencialização da consciência crítica, ou seja, cultura como meio da classe trabalhadora resistir torna-se possível “um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”⁵.

Referências

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. [tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC – Campinas]. – 11 ed. São Paulo: Papirus, 2005.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

EAGLETON, Terry. Versões de Cultura. In: *A ideia de cultura*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2005.

⁵ Frase de Rosa Luxemburgo, filósofa e economista marxista.

MARTINS, Angela Maria Souza; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Cultura, Educação, Dominação: Gramsci, Thompson, Williams. In: *Revista HistedBR*, online. Campinas, n°55, p. 73-93, 2014.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

WILLIAMS, Raymond. Com vistas a uma sociologia da cultura. In: *Cultura e Sociedade: De Coleridge a Orwell*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. *Palavras-chaves: Um vocabulário de cultura e sociedade*. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1983.